4

Pedagogia da Floresta:

saberes insurgentes da Amazônia a partir de uma experiência vivida

Fátima Cristina da Silva
Universidade de Coimbra

doi 10.56365/h44z8p17

Introdução: quando a floresta também ensina

Nos anos finais da década de 1980, centenas de seringueiros e suas famílias saíam de suas casas antes do amanhecer e caminhavam em silêncio até onde estavam as motosserras. Ficavam na frente. Não atiravam, não gritavam. Apenas se colocavam ali, com o corpo, entre a floresta e o desmatamento. Esse gesto, conhecido como empate[1], não era apenas resistência. Era também formação. Nele, aprendia-se a defender a floresta, a sustentar alianças, a ler a correlação de forças e a afirmar que o território não era mercadoria, mas condição de existência. A Pedagogia da Floresta começa aqui: não nas bibliotecas, mas nos corpos que decidem permanecer.

Este texto assume a forma de um ensaio analítico de base autoetnográfica (Miranda, 2022). Não escrevo sobre a Amazônia como quem observa um objeto externo, nem sobre o movimento extrativista como simples campo empírico. Escrevo desde dentro de uma trajetória vivida, como alguém que caminhou junto, ouviu, aprendeu, organizou, chorou, lutou, buscou compreender e, muitas vezes, precisou refazer o próprio entendimento diante da grandeza, da dor e da inteligência política dos povos da floresta. Não se trata de abrir mão do rigor acadêmico, mas de explicitar com honestidade o lugar a partir do qual o pensamento foi sendo construído.

Foi nessa travessia que amadureceu em mim a formulação do que proponho chamar de Pedagogia da Floresta. Não se trata apenas de reconhecer que há saberes na floresta. Trata-se de compreender que a própria floresta, enquanto território vivido, ensina modos de cuidar, resistir, partilhar, organizar a vida e construir futuro. Ensina por meio do trabalho, da convivência, do perigo, da partilha, do luto, da memória e da necessidade concreta de permanecer.

[1] Estratégia de resistência não violenta construída por seringueiros e suas famílias para impedir o desmatamento por meio da presença coletiva no território e da confrontação direta e pacífica.

Ao longo do tempo, fui compreendendo também que muitas das emergências amazônicas não podem ser lidas apenas como eventos ambientais isolados. Elas são processos sociais e territoriais complexos, atravessados por desigualdades históricas, conflitos de poder, ausências institucionais e distintas capacidades de resposta pública (Mendes, 2018). Nesse contexto, os povos da floresta não aparecem apenas como atingidos. Eles produzem leitura, resposta, proposta e horizonte. É nessa práxis que a Pedagogia da Floresta se afirma como epistemologia situada, insurgente e comprometida com a vida.

Antes de mim: os empates e o nascimento de uma aprendizagem política na Floresta[2]

Eu não vivi os primeiros empates da década de 1970. Não estive naquele março de 1976, quando Wilson Pinheiro e Chico Mendes organizaram, no Seringal Carmen, município de Brasiléia, no Acre, uma das experiências inaugurais dessa forma de resistência coletiva (Figura 1). Também não vivi diretamente o impacto imediato do assassinato de Wilson Pinheiro, em 1980. Mas essa história chegou até mim pela memória política do movimento, pela escuta atenta de lideranças que participaram daqueles momentos, pelos documentos, pelas falas recontadas com emoção e pelas marcas que esses acontecimentos deixaram nas gerações seguintes.

[2] Neste texto, uso Floresta com inicial maiúscula quando me refiro a ela como sujeito pedagógico, político e relacional, e floresta em sentido descritivo.



Figura 1 – Empate no Seringal Cachoeira, Xapuri, Acre, década de 1980

Acervo documental da autora; imagem utilizada em apresentação de Mary Helena Allegretti, com crédito original não identificado.

Foi ouvindo essas narrativas e relendo essa história que compreendi que o empate não foi apenas uma ação defensiva contra o desmatamento. Ele foi também uma escola política no interior da floresta. Nos empates, os povos aprenderam a transformar medo em coragem coletiva, isolamento em organização, sofrimento em leitura do mundo e ameaça em ação comum. Aprenderam a fazer da presença do corpo uma linguagem política. Aprenderam a dizer, sem armas, que a floresta era território de vida, trabalho, cultura e dignidade.

Nesse sentido, os empates não pertencem apenas ao passado heróico do movimento (Allegretti, 1989, 2002). Eles permanecem como raiz viva de uma pedagogia. Ensinaram que resistir exige leitura concreta da realidade, escuta do território, cuidado com o coletivo e firmeza ética diante da violência. Ensinaram também que a política não começa apenas nas instituições formais. Muitas vezes, ela começa quando uma comunidade decide não recuar.

Foi nesse chão de luta, luto e reinvenção que começou a se formar, ainda sem esse nome, aquilo que hoje reconheço como uma inteligência política e pedagógica própria dos povos da floresta. Uma inteligência que não nasceu no gabinete, mas na travessia. Uma inteligência que mais tarde ajudaria a produzir não apenas resistência, mas também proposta, aliança, método e conquista territorial.

Projeto Seringueiro, aprendizagem com os povos indígenas e formação de uma inteligência coletiva

Se os empates revelaram uma primeira pedagogia da resistência, o passo seguinte foi a transformação dessa experiência em processo mais consciente de formação, organização e formulação política. É nesse ponto que o Projeto Seringueiro ganha enorme importância. Mais do que uma iniciativa educativa, ele representou a passagem da resistência imediata para um trabalho de formação de base enraizado na vida concreta das comunidades.

Em termos concretos, o Projeto Seringueiro surgiu em 1981, vinculado ao movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas, e procurou construir uma escola adaptada à realidade social, econômica e cultural dos territórios amazônicos. Seu diferencial inicial esteve justamente em romper com a educação rural tradicional e afirmar uma proposta inspirada em Paulo Freire, dialógica, problematizadora e libertadora, voltada à constituição de uma escola enraizada no território e comprometida com a formação de sujeitos capazes de ler o mundo, defender sua floresta e participar da condução de seu próprio destino coletivo (Silva & Silva, 2023).

Em 1990, o projeto já atendia 34 escolas, reunia cerca de 900 alunos e alunas e contava com 52 professores e professoras (geralmente seringueiras e seringueiros formados no próprio projeto). A Central dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), responsável pela iniciativa, mantinha a equipe técnico-pedagógica, captava recursos para cursos anuais de formação, realizava acompanhamento escolar em serviço e produzia materiais didáticos específicos. Com a transferência para o Estado, as escolas foram transformadas em escolas rurais, passando a adotar um modelo de educação convencional (Cunha, 2023).

Ali já se tornava visível algo que, mais tarde, ajudaria a reconhecer como parte do Método Chico Mendes: a capacidade de partir da realidade vivida, ler o território, valorizar o saber comunitário, construir consciência coletiva e transformar experiência em organização. Não se tratava de levar respostas prontas à floresta. Tratava-se de fortalecer um processo pelo qual os próprios sujeitos pudessem compreender melhor sua condição, seu território, seus direitos e suas possibilidades de ação.

Nesse percurso, também não se pode ignorar o aprendizado que o movimento extrativista realizou em diálogo com os povos indígenas. A aproximação que mais tarde se tornaria explícita na Aliança dos Povos da Floresta não surgiu do nada. Ela foi sendo preparada por uma compreensão crescente de que havia muito a aprender com os povos originários acerca da relação com o território, da dimensão coletiva da vida, da defesa da floresta e da amplitude estratégica necessária para enfrentar os projetos de destruição.

Foi assim que, pouco a pouco, foi se constituindo uma inteligência coletiva amazônica que não separava luta, formação, memória, território e futuro. Uma inteligência que não nasceu nos centros formais de produção científica, mas que produziu conceitos, estratégias e formas de ação capazes de intervir na história.

Aliança dos Povos da Floresta e Reservas Extrativistas: quando a resistência se torna formulação histórica

A Aliança dos Povos da Floresta foi uma das expressões mais potentes dessa maturação política. Ao aproximar povos indígenas e populações extrativistas[3] em torno da defesa da vida, da floresta e dos territórios, a Aliança revelou que a resistência amazônica precisava ser feita com amplitude, reciprocidade e visão estratégica (Figura 2). Não se tratava apenas de uma aproximação conjuntural. Tratava-se de reconhecer que diferentes sujeitos coletivos, com histórias e identidades próprias, partilhavam ameaças comuns e podiam construir uma agenda de defesa territorial mais forte e mais justa.



Figura 2 – CNS e UNI: Aliança dos Povos da Floresta contra o desmatamento, Brasília, 1987
Acervo do Instituto Socioambiental (ISA).

[3] Neste texto, "populações extrativistas" refere-se ao sentido historicamente construído no Brasil pelo movimento seringueiro, especialmente desde 1985, como identidade coletiva e modo de vida territorial. Em debate internacional, porém, extractivism costuma designar formas destrutivas de apropriação intensiva de recursos. Considerando essa ambiguidade, proponho explicitar terminologicamente essa distinção, reservando aqui a expressão extrativismo predatório para o segundo caso.

Se a Aliança ampliou o horizonte político, as Reservas Extrativistas (RESEX)[4] — que já são 98 no Brasil — representaram uma das maiores sínteses estratégicas produzidas pelo movimento. A RESEX não foi apenas uma categoria jurídica nem apenas um instrumento de proteção ambiental. Ela foi uma formulação política extraordinária, nascida da experiência do seringueiro e de sua inteligência territorial. Em sua origem, a RESEX foi pensada para garantir não só a permanência na terra, mas a continuidade do comando comunitário sobre o destino do território.

Dito de outra forma, a RESEX foi criada pelo seringueiro para que o barco pudesse ser remado por eles mesmos. Não se tratava apenas de assegurar o direito de ficar. Tratava-se de assegurar o direito de conduzir, decidir, cuidar e transmitir às novas gerações uma forma própria de viver, trabalhar e governar a floresta. Essa talvez seja uma das dimensões mais profundas e menos compreendidas da conquista extrativista: a luta não era apenas por proteção, mas por autonomia territorial.

No entanto, ao longo do tempo, esse rumo foi sendo parcialmente desviado. Em muitos contextos, a burocratização da gestão, a crescente mediação institucional e a perda de centralidade das próprias comunidades foram afastando o seringueiro do comando do barco que ele ajudou a imaginar e construir. Esse deslocamento não anula a grandeza histórica da RESEX, mas revela uma contradição que precisa ser nomeada: o território conquistado pelos povos da floresta nem sempre permaneceu sob sua condução efetiva (Silva, 2024).

É justamente por isso que a RESEX precisa ser compreendida não apenas como conquista consumada, mas como campo permanente de disputa política, pedagógica e territorial. Defender a RESEX, nesse sentido, não é apenas defender uma categoria legal. É defender o sentido originário de uma proposta construída na floresta: o direito de os povos da floresta continuarem a remar o próprio barco.

[4] Categoria territorial criada a partir da luta dos povos da floresta para assegurar o uso coletivo e sustentável dos recursos naturais, articulando proteção ambiental, permanência digna e direitos territoriais.

É também nesse ponto que a contribuição de Mary Helena Allegretti (1989) ganha força decisiva. Não como autoria isolada da proposta das Reservas Extrativistas, que nasceu de uma construção coletiva conduzida por Chico Mendes e por lideranças do movimento seringueiro e extrativista, mas como participação intelectual e política fundamental na sistematização, escrita e projeção pública dessa experiência. Retomar esse texto hoje ajuda a reconhecer que a Pedagogia da Floresta e o Método Chico Mendes não estão sendo inventados agora: eles já estavam ali, como prática coletiva do movimento; o que este ensaio procura fazer é nomear, sistematizar e interpretar essa inteligência histórica.

Aqui, para mim, há um ponto decisivo. A conquista dos territórios não foi apenas resultado de reivindicação social. Ela foi expressão de uma inteligência política coletiva forjada na floresta. As Reservas Extrativistas condensam essa inteligência. Nelas, a luta deixa de ser apenas denúncia e passa a se tornar projeto. Nelas, o território deixa de ser apenas espaço ameaçado e passa a ser também espaço conquistado, defendido e pensado coletivamente.

Pedagogia da Floresta e Método Chico Mendes: nomeando o que a experiência ensinou

Só depois de percorrer esse caminho histórico é que me sinto autorizada a dizer com mais clareza o que entendo por Pedagogia da Floresta e por Método Chico Mendes.

Chamo de Pedagogia da Floresta o conjunto de práticas, valores, aprendizagens e formas de produção de conhecimento construídos pelos povos da floresta na sua relação com o território e na defesa de seus modos de vida. Trata-se de uma pedagogia enraizada na experiência, na coletividade, no cuidado, na memória e na luta. Ela não nasce de uma teoria abstrata. Ela se constitui no fazer, no refletir sobre o fazer e no refazer contínuo exigido pela vida na floresta e pelos conflitos que a atravessam.

Já o que venho compreendendo como Método Chico Mendes não deve ser reduzido a um repertório de ações isoladas nem a uma homenagem simbólica a uma liderança histórica. Refiro-me a uma matriz político-pedagógica forjada no interior do movimento, que articula leitura concreta da realidade, escuta do território, organização coletiva, formação de base, firmeza ética, construção de alianças e capacidade de transformar resistência em proposta. O método não é apenas o que se faz. É o modo como se aprende a fazer, a pensar e a agir coletivamente a partir da vida concreta.

É no interior da própria Pedagogia da Floresta que situo o que venho compreendendo como Método Chico Mendes. Ele não deve ser reduzido a um repertório de ações isoladas nem a uma homenagem simbólica a uma liderança histórica. Refiro-me a uma matriz político-pedagógica forjada no interior do movimento das populações extrativistas brasileiras, que articula leitura concreta da realidade, escuta do território, organização coletiva, formação de base, firmeza ética, construção de alianças e capacidade de transformar resistência em proposta. O método não é apenas o que se faz. É o modo como se aprende a fazer, a pensar e a agir coletivamente a partir da vida concreta.

Nesse sentido, o Método Chico Mendes atravessa os empates, o Projeto Seringueiro, a Aliança dos Povos da Floresta, a formulação das Reservas Extrativistas e as várias experiências posteriores do movimento (Figura 3). Ele não morreu com Chico Mendes. Permaneceu como legado vivo, como forma de leitura e de ação, continuamente reelaborada por mulheres, juventudes e novas agendas políticas do movimento.



Figura 3 – II Encontro Nacional dos Seringueiros e I Encontro dos Povos da Floresta, Rio Branco, Acre, 1989
Acervo do CNS.

Ao nomear esse método, procuro também reconhecer que as lideranças extrativistas produziram, ao longo de décadas, uma verdadeira intelectualidade orgânica da floresta. Não uma intelectualidade separada do povo, mas nascida da prática, da liderança, da escuta, da experiência, do sofrimento partilhado e da capacidade de transformar tudo isso em leitura, proposta e direção coletiva. Nesse sentido, a representatividade no interior do movimento não se resume a cargo ou fala pública. Ela se constrói na fidelidade ao território, na escuta das bases, na coerência com a luta e no compromisso com os que vieram antes.

Os autores que me inspiram neste artigo ajudam a iluminar essa experiência sem substituí-la. Freire (1996) contribui para pensar a educação como prática ética e crítica enraizada na realidade concreta. Leff (2001) ajuda a compreender que a crise ecológica é também crise epistemológica. Santos (2010) amplia esse horizonte ao reconhecer a violência produzida pela deslegitimação de outros saberes. Krenak (2019, 2020) recoloca a questão em chave ontológica e civilizatória. Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo (2023), por sua vez, ajuda a pensar a terra como relação, reciprocidade e merecimento. No entanto, neste texto, esses autores entram como companheiros de reflexão. O centro continua sendo a experiência amazônica vivida e pensada desde dentro.

É nesse horizonte que uso a expressão saberes insurgentes (Santos, 2010). Refiro-me aos conhecimentos produzidos em contextos de resistência, organização coletiva e defesa territorial, saberes que durante muito tempo foram tratados como periféricos ou não científicos, embora tenham sustentado a vida, orientado decisões, construído estratégias e formulado caminhos diante da destruição.

Nesse ponto, a frase manuscrita de Chico Mendes, registrada no Caderno Povos da Floresta, sintetiza com clareza admirável um dos núcleos desse método: “Nossa vitória depende de nossa organização e disciplina” (Comitê Chico Mendes, 2003, p. 21). Não se trata de uma frase lateral. Trata-se de uma chave de leitura. A luta não avança apenas por indignação. Ela exige organização, disciplina, persistência e direção. É isso que ajuda a compreender por que a resistência extrativista pôde gerar resultados tão profundos.

Palavras vividas e a poética política da floresta

Há palavras nascidas da vida comum que merecem ser tratadas conceitualmente sem perder sua raiz vivida. Uma delas é florestania[5]. Outra é poronga. Outra é bagagem. Outra é chamado. Outra é empate. Essas palavras não surgiram por acaso. Elas condensam história, território, luta, cuidado e visão de mundo. São, ao mesmo tempo, linguagem política e elaboração sensível da experiência.

Na floresta, o pensamento não se produz apenas em documentos, encontros e resoluções. Ele também se produz nas canções, nas poesias, nas orações e nas expressões cotidianas criadas pelos próprios povos. Produz-se enquanto as mulheres quebram o coco e cantam em roda. Produz-se enquanto se pesca, se marisca, se sobe o rio, se prepara o alimento, se partilha o trabalho e se agradece à vida. Em muitos desses momentos, o trabalho deixa de ser apenas esforço material e se torna também oração viva, memória coletiva e afirmação de pertencimento.

Essa dimensão é muito importante para o que proponho aqui. A Pedagogia da Floresta não está apenas na reunião formal ou no grande ato político. Ela está também na forma como os povos transformam trabalho em canto, sofrimento em palavra, memória em símbolo e gratidão em força coletiva. Há, nisso, uma ancestralidade viva que não cabe apenas no registro administrativo da política, mas que sustenta o movimento por dentro.

Por isso, falar em ancestralidade neste artigo não é falar de um passado distante e imóvel. É falar da continuidade de ensinamentos, valores, modos de relação e compromissos éticos que seguem vivos nas práticas atuais. É falar também de fidelidade aos que já partiram. Não uma fidelidade melancólica, mas uma continuidade responsável da luta. Escrever, nesse sentido, também é responder aos mortos, honrar memórias e não romper o fio que liga as gerações.

[5] Noção político-territorial que articula cidadania, pertencimento, direitos, deveres e compromisso com a continuidade da floresta e dos modos de vida de seus povos.

Mulheres da floresta, juventudes e a continuidade viva do método

As mulheres da floresta me ensinaram muito sobre essa espessura da política. Aprendi com elas que a luta territorial não se resume à disputa fundiária ou à proteção ambiental em sentido restrito. Ela envolve saúde, documentação, alimentação, autonomia, formação política, cuidado comunitário e dignidade. A trajetória de Dona Raimunda Gomes da Silva, ao lado de muitas mulheres multiplicadoras e lideranças como Socorro Lima, Célia Regina Neves, Nice Machado, Edel Moraes e muitas outras, mostra que a política, quando atravessada pela experiência das mulheres, ganha outra profundidade.

A experiência que mais tarde se consolidaria como A Bagagem das Mulheres da Floresta já vinha sendo construída desde 2000, em oficinas e articulações iniciais, inclusive no diálogo com o Ministério da Saúde (Conselho Nacional dos Seringueiros [CNS], 2007; Figura 4). A partir de 2004, com a consolidação do nome, o programa ganhou maior estrutura, formando multiplicadoras e realizando mais de 300 oficinas em territórios de uso coletivo nos nove estados da Amazônia brasileira, conforme registros internos da Secretaria da Mulher do CNS (Figura 4). Sua força metodológica estava justamente em começar com o que as mulheres sabiam e construir com o que elas tinham, transformando experiência, necessidade e oportunidade em formação política, autonomia e ação coletiva.

Ali, a formação não partia de uma lógica vertical, em que alguém leva respostas prontas às comunidades. Ela começava com o que as mulheres sabiam, com o que tinham, com o que viviam e com o que desejavam transformar. Havia método, escuta, intencionalidade pedagógica e construção coletiva. Havia também o reconhecimento de que as mulheres não eram apenas beneficiárias de políticas, mas produtoras de saber, de organização e de horizonte. Nesse ponto, a reflexão desenvolvida em diálogo com Patrícia Shanley ajuda a reforçar como as mulheres da floresta constroem conhecimento situado a partir da vida cotidiana, do manejo, do cuidado e da permanência (Shanley et al., 2018). Em outro registro, pesquisas como as de Agarwal (2010) e Schmink (2011) também ajudam a mostrar a centralidade feminina na governança, na sustentabilidade e na justiça social.



Figura 4 – Formação de lideranças da Secretaria da Mulher do CNS, Marabá, Pará, 2000

Na imagem, aparecem Maria do Espírito Santo, liderança extrativista posteriormente assassinada; Edileuza Matos; Mariquinha Carvalho, então Secretária da Mulher do CNS Pará; Dona Raimunda Gomes da Silva; Janaína Albuquerque; Orlando Solino, parceiro importante da Secretaria da Mulher do CNS; e Cristina da Silva. A formação contou com apoio da Rede Mulher de Educação, à época sob coordenação geral de Moema Viezzer, e articulação política de Dona Raimunda Gomes da Silva. Fonte: Acervo da Secretaria da Mulher do CNS / Fátima Cristina da Silva.

As juventudes extrativistas mostram, por sua vez, que o método continua vivo. Elas não recebem apenas um legado pronto. Elas o reinterpretam, o traduzem para novas linguagens, o levam para outros espaços e o colocam em diálogo com os desafios do presente. Desde cedo, reapareceu entre elas a convicção de que a luta se ganha com organização e disciplina. Mais recentemente, pesquisas e trajetórias como as de Moraes (2023) mostram como a experiência territorial se desdobra em reflexão crítica, ação política e reinvenção organizativa. A juventude extrativista revela que a Pedagogia da Floresta não pertence ao passado. Ela continua em movimento, em disputa e em recriação.

O Chamado da Floresta: pauta própria, estratégia política e incidência desde o território

O Chamado da Floresta não surgiu de repente — era a construção de uma pauta política própria dos povos extrativistas, a partir da escuta de suas urgências e da formulação coletiva feita desde os territórios. Sua gestação política remonta a 2008, quando, no Acre, em conversa com Atanagildo Matos, o Gatão, amadureceu com mais clareza a necessidade dessa agenda própria. Todos sabíamos que a pauta do CNS seguia, muitas vezes, misturada a outras agendas mais amplas. O que precisava acontecer era que os povos da floresta aparecessem com centralidade, voz própria e capacidade de formulação a partir de seus territórios (CNS, 2011, 2013, 2015).

A força daquele momento esteve em que Gatão não apenas compreendeu isso. Ele decidiu fazer acontecer. Com liderança, persistência e grande poder de articulação, ajudou a transformar essa necessidade em decisão política. Mobilizou prefeituras locais, articulou o CNS nacional, moveu lideranças e sustentou a convicção de que era possível realizar, desde a floresta, uma grande agenda própria do movimento extrativista. Num cenário em que muitos não apostavam nessa iniciativa, sua liderança foi decisiva para romper a inércia e abrir caminho para que, em 2011, o I Chamado da Floresta se tornasse realidade.

Essa construção também obedeceu a uma lógica política e organizativa muito clara. Decidiu-se que os Chamados ocorreriam de dois em dois anos, sempre em anos ímpares. A escolha buscava preservar o sentido político da mobilização, evitar confusões com calendários eleitorais e garantir o tempo necessário para uma organização complexa, cara e territorialmente exigente. Em um momento, consolidavam-se as pautas e resoluções; no período seguinte, buscava-se articular institucionalmente e no orçamento público as respostas às demandas apresentadas. O que ali se afirmava era mais do que um evento. Era uma forma própria de incidência política do CNS, com estratégia, tática, metodologia e método.

Em 2011, essa intuição política se concretizou no I Chamado da Floresta, tornado possível pelo apoio de prefeituras, pela mobilização das comunidades e pelo envio prévio das demandas das lideranças, posteriormente organizadas em uma pauta comum. Como mostram Brilhante e Oliveira (2025), tratava-se de uma ação coletiva protagonizada pelas populações extrativistas, tendo o território como centralidade e apresentando-se como espaço de reivindicação, elaboração e proposição de políticas. O que ali se consolidava era mais do que um encontro. Era uma nova pedagogia da incidência política, na qual o território deixava de ser apenas origem da reivindicação para se tornar também lugar legítimo de formulação.

Também os Chamados da Floresta precisam ser compreendidos nesse quadro. Eles não se confundem com a Aliança dos Povos da Floresta, embora dialoguem com seu legado. O Chamado constitui a agenda política própria do CNS, construída para afirmar pautas, prioridades e estratégias a partir do território. Seu princípio de chamar o governo para a floresta, e não deslocar a floresta até os centros de poder, expressa uma pedagogia territorial de enorme densidade.

Mais recentemente, o Porongaço6 reforça essa mesma linha histórica. Mais do que uma marcha, trata-se de um ato político, cultural e espiritual de celebração e resistência, em que a poronga — antiga lamparina da vida seringueira — é ressignificada como símbolo de esperança, coletividade e luta. Inspirado nos empates e projetado no contexto da COP 30, o Porongaço reúne mil lideranças extrativistas de todos os biomas brasileiros, ao lado de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e aliados, em uma caminhada

de luz, memória e convocação política (Figura 5). Nesse sentido, o Porongaço não é apenas mobilização. Ele reforça o Método Chico Mendes ao atualizar, em outra chave, a articulação entre memória, território, coletivo e horizonte político.



Figura 5 – Porongaço pelas ruas de Belém, Pará, durante a COP 30, 2025

Acervo do CNS.

Considerações finais: por uma ciência situada, plural e fiel à vida

Chego ao fim deste ensaio com uma convicção amadurecida na experiência e aprofundada pela reflexão: a Amazônia não pode seguir sendo tratada apenas como objeto de pesquisa, fronteira econômica ou repositório de recursos. Ela é também lugar de pensamento. E os povos da floresta são produtores de conhecimento, de método, de leitura crítica da realidade e de propostas de futuro.

A Pedagogia da Floresta, tal como a formulei aqui, procura fazer justiça a essa experiência histórica. Ela reúne território, memória, luta, formação política, cuidado, ancestralidade e produção de saber. Não é metáfora vaga. É tentativa conceitual de nomear processos reais de aprendizagem e formulação construídos no chão da floresta — como saber nascido da experiência, da resistência e da luta (Santos, 2010).

Ao explicitar o Método Chico Mendes, procurei mostrar que a luta extrativista produziu mais do que resistência. Produziu uma forma própria de ler a realidade, organizar o coletivo, construir alianças, inventar institucionalidade e transformar dor em proposta. Ao retomar a conquista dos territórios, procurei mostrar que essa história não pode ser lida apenas como reação à violência, mas como produção afirmativa de mundo. Ao trazer a intelectualidade orgânica da floresta, procurei reconhecer que há pensamento rigoroso, estratégico e profundamente situado nas lideranças e nas bases do movimento. Ao falar de ancestralidade e fidelidade aos que já partiram, procurei marcar que a luta também é continuidade ética da memória.

Escrever este texto em primeira pessoa não significa enfraquecer seu caráter acadêmico. Significa apenas recusar a falsa neutralidade que tantas vezes obriga a esconder a vida para parecer rigoroso. No meu caso, esconder a experiência empobreceria o próprio argumento. Foi vivendo, escutando, buscando compreender e refazendo muitas vezes o meu entendimento que fui reconhecendo a força epistemológica, política e ética da floresta e de seus povos.

Por isso, afirmo que reconhecer a Pedagogia da Floresta não é gesto de generosidade acadêmica. É exigência de honestidade intelectual e de justiça epistêmica. A floresta ensina. O território forma. A coletividade produz saber. E a resistência, quando enraizada na vida, pode também ser reconhecida como método. A fidelidade à luta que criou as Reservas Extrativistas exige não apenas celebrar sua existência, mas recolocar os povos da floresta no comando do barco que eles próprios lançaram nas águas da história.

Referências

Agarwal, B. (2010). *Gender and green governance: The political economy of women's presence within and beyond community forestry*. Oxford University Press.

Allegretti, M. H. (1989). Reservas extrativistas: Uma proposta de desenvolvimento para a floresta amazônica. *São Paulo em Perspectiva*, *3*(4), 23–29.

Brilhante, J. I. G., & Oliveira, M. P. (2025). O chamado da floresta: Uma ação coletiva protagonizada pelas populações extrativistas. *Brazilian Journal of Development*, *11*(1), 1–16. https://doi.org/10.34117/bjdv11n1-008

Comitê Chico Mendes. (2003). *Caderno Povos da Floresta*. Comitê Chico Mendes.

Conselho Nacional das Populações Extrativistas. (2011). *Documento final do I Chamado da Floresta*. CNS.

Conselho Nacional das Populações Extrativistas. (2013). *Documento final do II Chamado da Floresta*. CNS.

Conselho Nacional das Populações Extrativistas. (2015). *Documento final do III Chamado da Floresta*. CNS.

Conselho Nacional dos Seringueiros. (2007). *A bagagem das mulheres da floresta: Trabalhando a prevenção nas Reservas Extrativistas da Amazônia*. [DVD]. A Grande Árvore Educomunicação.

Cunha, M. E. C. D. (2024). *Projeto Seringueiro: A educação popular do campo, das águas e das florestas no contexto político social de Xapuri, no Acre*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná].

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.

Krenak, A. (2020). *A vida não é útil*. Companhia das Letras.

Leff, E. (2001). *Epistemologia ambiental*. Cortez.

Mendes, J. M. (2018). Risco, vulnerabilidade social e resiliência: Conceitos e desafios. *Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental*, *7*, 463–492.

Miranda, C. F. de. (2022). A autoetnografia como prática contra-hegemônica. *Teoria e Cultura*, *17*(3), 70–78. https://doi.org/10.34019/2318-101X.2022.v17.38100

Moraes, L. S. de. (2023). *Juventudes extrativistas e legados de luta: Memória, território e ação política no CNS*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional].

Santos, A. B. dos. (2023). *A terra dá, a terra quer*. Ubu Editora; PISEAGRAMA.

Santos, B. de S. (2010). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. In B. de S. Santos & M. P. Meneses (Orgs.), *Epistemologias do Sul* (pp. 31–83). Cortez.

Schmink, M. (2011). Forest citizens: Changing life conditions and social identities in the land of the rubber tappers. *Latin American Research Review*, *46*(S1), 141–158. https://doi.org/10.1353/lar.2011.0035

Shanley, P., Medina, G., & Paumgarten, F. (Orgs.). (2015). *Frutíferas e plantas úteis na vida amazônica* (3a ed.). CIFOR; IMAZON.

Shanley, P., Silva, F., MacDonald, T., & Silva, M. (2018). Women in the wake: Expanding the legacy of Chico Mendes in Brazil's environmental movement. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, *48*, 140–163.

Silva, A. G. da. (2024). *Que é Reserva Extrativista?: Uma homolo-crítica conceitual–pela (re)emergência de projetos ontológicos amazônicos*. Editora Dialética.

Silva, A. G. da, & Silva, F. C. da. (2023). Salvar a Amazônia? Cultivando a "Educação na Floresta". *Linhas Críticas*, *29*, e46828. https://doi.org/10.26512/lc29202346828